

LULA E CARTER

(Jornal do Brasil - 25/08/2005)

O presidente Carter, quando fracassou na tentativa de resgatar, militarmente, os reféns americanos da Embaixada no Irã, foi à televisão e declarou que assumia, como primeiro mandatário da Nação, o fracasso, eximindo todos aqueles que participaram da operação. Quem acompanhou os fatos, à época, lembra-se que o fracasso deveu-se a um notável acúmulo de erros do exército americano encarregado da execução e do planejamento daquela ação de resgate. Mesmo assim, o presidente assumiu sozinho a culpa. Os acontecimentos que geraram a maior crise da história brasileira não têm a grandeza da fracassada operação de resgate, em que as intenções eram muito maiores que a competência dos executores, ao ponto de os iranianos só terem sabido que seu território fora invadido e abandonado, com o pronunciamento do presidente Carter. Envolvem, diretamente, o governo e, indiretamente, seu mandatário maior, o Presidente Lula. Em seu primeiro pronunciamento, sobre a magnitude da crise, o Presidente Lula não assumiu, todavia, como Carter o fez, qualquer responsabilidade pessoal. Limitou-se a manifestar indignação com seus mais diretos auxiliares que a provocaram e a dizer que – não ele – mas o governo e seu partido deviam desculpas ao povo brasileiro. Se um empresário, eleito por acionistas, para a presidência de uma sociedade de capital aberto, deixasse sua empresa ser tomada por um nível de corrupção e de desvios semelhantes, os acionistas o destituiriam, pois, mesmo que alegasse desconhecimento e inocência, teria desmerecido o mandato, pela denominada culpa “in eligendo” ou culpa “in vigilando”.

As duas expressões jurídicas -que exteriorizam aspectos da “culpa”, como negligência, imperícia, omissão, imprudência- significam, em linguagem mais popular, que quem escolhe mal seus auxiliares (“in eligendo”) e vigia mal suas ações (“in vigilando”) é o responsável pelos danos por eles causados, razão pela qual, no caso do presidente da empresa, não mais estaria à altura de dirigir a companhia.

No campo do direito administrativo, sempre que o Poder Público lesa o cidadão é obrigado a ressarcir-lo, mesmo que a ação estatal não tenha derivado de culpa, nem de dolo (má-fé, fraude etc). Denomina-se, esta terceira modalidade de responsabilidade, “responsabilidade objetiva”. O dano causado, independentemente da intenção do agente, é suficiente para impor o ressarcimento oficial (artigo 37, § 6º da C.F.).

O aspecto, todavia, relevante de tal responsabilidade, é que, em casos de dolo ou culpa do agente público, deve o Estado ingressar com ação de regresso contra ele –ação essa que é imprescritível (art. 37, § 5º da Lei Maior).

Como se percebe, o Direito Administrativo Constitucional não perdoa o agente público que age com dolo ou culpa.

Trago estas considerações a meus leitores do Jornal do Brasil, porque estou convencido de que, nada obstante ter pessoal admiração pelo carisma do Presidente Lula e pela sua coragem e trajetória política, é ele responsável pelo atual estado de coisas, por não ter sabido escolher seus principais auxiliares que negociaram apoios de forma espúria e por não vigiar sua ação na condução dos assuntos públicos.

Reconheço que sua escolha, na área econômica, foi adequada e bem sucedida, tem no Ministério da Justiça um homem de bem e em alguns outros Ministérios pessoas dignas. Mas a área política foi desastrosamente conduzida, desfigurando seu governo para a história. E, nisto, a sua culpa é evidente.

É que alguns deles ainda se inspiraram nos métodos marxistas, e, para Marx –quem leu sua obra sabe disto- os meios estão sempre justificados pelos fins.

Como os marxistas não dividem o poder, era mais fácil comprar aliados do que com eles compartilhar. Os fatos, infelizmente, estão a demonstrar ter sido este o caminho seguido. E como, pela teoria gramsciana, as vias democráticas só interessam como meio de acesso ao poder para imposição posterior de seu modelo autoritário, não excludo que a revelação do que ocorria nos porões apodrecidos do governo leve aos marxistas ainda remanescentes a persistirem no plano traçado sob a inspiração do mal humorado filósofo-economista do

século XIX, ou seja, suscitar a luta de classes para viabilizar a implantação de um regime autoritário.

Como creio ainda no patriotismo do Presidente Lula e de parte de seus diretos auxiliares, é o momento de cortar, realmente, na própria carne e punir, de imediato, aqueles que ele sabe que são culpados pela crise criada em seu governo. E assumir a culpa de não haver bem escolhido, nem bem vigiado a ação política de seu governo.